

O FUTURO DA REDE

Pensar o futuro da Rede é analisar seu nascimento, suas propostas, as inovações que propõe no cenário e na cultura política e as formas mais efetivas para implementá-las.

Em 2018, apesar de termos reconhecidamente a melhor dupla de candidata e vice e o melhor programa da eleição presidencial, fomos derrotados pela polarização, por estratégias políticas predatórias e pelo discurso populista de direita e de esquerda. Também vale mencionar o papel pouco construtivo de parte da mídia, que apostou no espetáculo mais do que na informação, e o uso indiscriminado de fake news requentadas e robôs nas mídias sociais. O resultado é que não conseguimos apresentar à sociedade mais do que a superfície de um projeto que expressasse os nossos valores.

Os eleitores e eleitoras brasileiros escolheram não se aprofundar nas propostas para o país, ou não tiveram os meios para fazê-lo, e a campanha foi norteadada por embates sobre a moral e os costumes em vez de debater o modelo de desenvolvimento e saídas para as múltiplas crises que assolam o Brasil.

O País sai dessa eleição ainda mais dividido, com ódios à flor da pele e com graves ameaças à democracia. Mais do que um resultado eleitoral adverso, houve um grave retrocesso nas nossas principais bandeiras políticas.

A polarização política se agravou com a eleição de um presidente de extrema direita que encampou o anti-petismo e a revolta da sociedade contra a corrupção, apresentando propostas muito distantes de um modelo sustentável de desenvolvimento.

A construção do projeto

A Rede nasceu da insatisfação com o modelo econômico ultrapassado e injusto e com a forma fisiológica, corrupta e patrimonialista de se fazer política. Nos colocamos como um espaço para o exercício da cidadania, na qual o cidadão comum possa expressar seu ativismo autoral à serviço da construção de um novo paradigma político que escape da velha dicotomia entre direita e esquerda.

Desde o início, a construção da Rede foi inovadora. A energia presente na nossa assembleia de fundação deu sustentação a um processo de coleta de assinaturas vibrante e realmente participativo. Fomos às ruas e não recorremos às “facilidades” das empresas especializadas em criação de partidos políticos. Mas, ao buscarmos a validação das assinaturas nos cartórios eleitorais, sentimos as primeiras de muitas barreiras que o sistema político iria erguer para impedir o surgimento do novo.

A esperança de participarmos da eleição de 2014 precisou ser substituída pela filiação democrática de nossos pré-candidatos ao PSB, com a candidatura da Marina Silva à Vice-Presidente. A trágica morte de Eduardo Campos levou Marina à condição de candidata à Presidente, enfrentando uma nunca vista orquestração de ataques pessoais, mentiras e farsas, aliados ao farto uso de caixa dois pelos principais adversários, à vista complacente das instituições públicas.

Fomos à luta e nos colocamos no cenário político como um partido de grande relevância em situações críticas. Fizemos um debate qualificado no Congresso Nacional nos opondo ao desmantelamento do licenciamento ambiental, à anistia do caixa 2, ao Foro Privilegiado, à modificação do

Decreto que criou a Renca, à lei de abuso de autoridade e às reformas do governo Temer. Lutamos pelo fim do auxílio moradia e votamos a favor da investigação das denúncias contra Temer.

Tivemos uma postura vigilante contra a corrupção, principalmente dos desvios de conduta dos parlamentares. Pedimos a cassação dos senadores Delcídio do Amaral e Aécio Neves e dos deputados Eduardo Cunha, Lúcio Vieira Lima, Rocha Loures, Nelson Meurer, Paulo Maluf, João Rodrigues e Celso Jacob. Por essa atuação, a FGV considerou a REDE o partido que mais combate à corrupção. Quando necessário, fomos à Justiça para buscar o afastamento do então Presidente do Senado, Renan Calheiros, para exigir votação aberta no processo de cassação do senador Aécio Neves e para derrubar a portaria que tentou fragilizar o combate ao trabalho escravo.

Um novo alinhamento político

Nos últimos anos, apontamos os riscos que a sociedade corre com a crescente polarização entre “vermelhos e azuis” (hoje em dia “vermelhos e verde-amarelos”) e nos colocamos como uma alternativa para a sociedade com base nos valores da ética, da justiça social, do aprofundamento da democracia, da convivência entre diferentes e do desenvolvimento sustentável.

As dificuldades para articular um novo alinhamento de caráter progressista e sustentabilista são evidentes. Em parte, porque há pouca formulação conceitual nesse campo, no Brasil e no mundo, e não tivemos fôlego e tempo para dar consistência teórica e prática a esse movimento embrionário.

Convivemos desde o “nascimento” com os dilemas de uma conjuntura intensa, em um ambiente político turbulento, com o impeachment de Dilma Rousseff, a busca pela cassação da chapa Dilma-Temer, as contra-reformas do governo Temer e o andamento e aprofundamento das investigações e julgamentos da Operação Lava Jato.

De um lado, somos rotulados de “puxadinho do PT”, de outro, como “golpistas”. É como se não houvesse espaço para um posicionamento diferente das forças políticas já constituídas. Essa estratégia de polarização força a segregação da sociedade em “dois lados”, onde cada um se julga “o lado certo”, “o lado bom”, e pretende a exclusão, a eliminação, a supressão do outro lado e de qualquer lado novo que possa nascer. Ambos escolheram seu “inimigo ideal”, caricatura que permite manter a disputa rasa, sem necessidade de apresentação de outra proposta que não seja “ser a opção contrária ao outro”.

O resultado eleitoral de 2018

Sob vários aspectos, as eleições presidenciais de 2018 podem ser caracterizadas como uma expressão da recusa.

Uma parcela majoritária do eleitorado, que votou no candidato vitorioso Jair Bolsonaro, parece ter expressado sua recusa ao PT e ao conjunto daquilo que identifica como “esquerda” ou “esquerda corrupta”, como se este fosse um atributo exclusivamente seu. Estes votos não devem ser confundidos com uma adesão a propostas e programas, tendo em vista que estes não chegaram a ser apresentados e debatidos.

Uma segunda parcela do eleitorado, que votou no candidato derrotado Fernando Haddad, parece ter expressado sua recusa à denominada “ameaça fascista”. Nesse caso, também, o voto não deve ser confundido com uma adesão ao “petismo” ou ao “lulismo”.

Uma terceira parcela do eleitorado, acusada pelos dois lados de indecisa ou “em cima do muro”, expressou, por meio da abstenção, votos nulos e brancos, sua recusa à polarização.

Apresentamos nossa principal liderança para a disputa à Presidência da República em coligação com o Partido Verde. A chapa Marina Silva – Eduardo Jorge empolgou a militância dos dois partidos e, de início, ocupou as primeiras posições nas pesquisas de intenção de voto. No entanto, como parte da estratégia da polarização, o apelo dos projetos populistas de direita e de esquerda e a lógica do voto útil impuseram à disputa um tom da polarização.

Estivemos presentes na eleição majoritária em 20 estados, sendo 11 candidatos a governador, 9 a vice e 22 ao Senado. Elegemos uma importante bancada de 5 senadores, a primeira deputada federal indígena, 7 deputados estaduais e 1 distrital. Estes se somam aos 5 prefeitos, 20 vice prefeitos e 188 vereadores eleitos em 2016.

Apesar de elegermos uma bancada significativa no Senado, tivemos apenas 0,83% dos votos válidos nacionais para deputado federal, o que fez com que a REDE não ultrapassasse a Cláusula de Desempenho. A orientação do Elo Nacional de privilegiar a eleição para deputado federal, em função da Cláusula de Desempenho, foi desconsiderada em quase todas as instâncias estaduais. Isso nos coloca um desafio adicional para cumprir nossa missão de interferir no processo político para realizar nossos propósitos. Será necessário fortalecer o campo democrático progressista para apresentar uma oposição propositiva capaz de apontar novos rumos.

O papel da oposição

A construção de um campo democrático, progressista e inovador pode ser dar em torno da pauta mínima da defesa das liberdades civis, tais como a liberdade de opinião, de expressão e de organização, a liberdade de ir e vir, a liberdade de imprensa. É um fruto da democracia liberal ao qual não podemos renunciar. A defesa da Constituição, das instituições democráticas e dos direitos humanos, reconhecidos em todas as sociedades com liberdade e democracia, são premissas para impedir qualquer retorno ao passado ditatorial.

Para a Rede, o reconhecimento da situação de desequilíbrio ambiental e das ameaças relacionadas à mudança climática decorrente do atual modelo de desenvolvimento produtivista e da cultura de consumismo irresponsável, são centrais. O debate sobre a sustentabilidade do planeta, fundamental para a sobrevivência da humanidade, e o papel das políticas brasileiras no mesmo deve ser colocado por nós para a construção de uma oposição consistente com nossos princípios e valores. O arcabouço legal de proteção socioambiental está sendo sistematicamente desmontado e temos de construir parcerias políticas também com a sociedade brasileira para parar e reverter esta catástrofe anunciada.

O compromisso com a erradicação da pobreza e com a construção de um país socialmente justo, politicamente democrático, economicamente inclusivo e ambientalmente sustentável, são para nós o fundamento programático da unidade entre os que se identificam com o campo das reformas progressistas e da defesa da democracia.

O momento requer que se faça oposição ao “bolsonarismo”, mas requer igualmente que se rejeite a pretensão hegemônica do “petismo” e do “lulismo” em liderar uma suposta “resistência democrática”. A tarefa desse campo político será oferecer à sociedade brasileira uma alternativa eleitoral politicamente potente que reduza a fragmentação das diversas expressões políticas e ideológicas que não se identificam com nenhum dos “dois lados” da polarização.

A organização partidária

Para cumprir esse papel, precisamos, em primeiro lugar, avaliar nossa contribuição para o processo político. Temos um quadro de filiados diverso, pulverizado e com cultura partidária ainda

incipiente. A busca de uma formulação genuína e inovadora esbarrou frequentemente nas tensões típicas da polarização nos tempos de redes sociais, onde a necessidade de dar respostas aos questionamentos da conjuntura limitava a construção do consenso progressivo.

Os parágrafos a seguir devem ser analisados com a devida vênia, cuidado e mitigação, tendo em vista o curto espaço de tempo que tivemos para pôr em prática a nova cultura no modo de se fazer política que pretendemos construir. Eles devem ser tomados como um alerta e uma reflexão para tomarmos consciência de questões importantes para nossa evolução.

Encontramos dificuldades na prática do consenso progressivo: apesar de termos desenvolvido uma formulação teórica sobre o assunto, ela foi assumida de forma incompleta, na melhor das hipóteses, pelas lideranças da Rede que conduziam os processos internos, em especial nos estados, mas também nacionalmente. Em muitos momentos, a pressão do tempo, a complexidade das questões (que não foram adequadamente “traduzidas”), as práticas trazidas de outros espaços de militância e/ou os interesses de grupos majoritários ou minoritários envolvidos acabaram levando à distorções dos métodos propostos.

Tivemos poucas oportunidades de praticar a articulação dos espaços horizontais com as instâncias verticais: faltou-nos melhor explicitação e entendimento sobre as articulações entre as responsabilidades legais e as estatutárias (um presidente versus dois porta vozes), entre as responsabilidades dos que foram eleitos (elos e executivas) e daqueles que se auto-organizam (elos temáticos e setoriais), das responsabilidades entre os elos estaduais e a nacional, bem como melhor entendimento da articulação entre as conjunturas locais e a conjuntura nacional.

Como resultado, uma parte importante do tempo dos dirigentes da Rede foi gasta em resolução de conflitos muitas vezes criados pela disputa de espaços políticos na máquina partidária em detrimento da construção de posicionamentos políticos consistentes. Nisso falhou nossa capacidade de gerar formação política consistente para a grande maioria dos filiados, seja pela falta de interesse dos mesmos, seja pela falta de prioridade frente à pressão das demandas cotidianas e das poucas pessoas para atendê-las.

No entanto, a Rede, mais do que a maioria dos partidos, criou e implementou inovações com sucesso. A definição de princípios e valores explicitados para além da letra fria do Estatuto gerou um entendimento coletivo daqueles que os debateram durante as formações. Seu uso para estabelecer acordos e pautar a conduta e os posicionamentos públicos dos filiados é frequente e gera um senso de pertencimento a um coletivo.

Outro importante exemplo de inovação é a participação de mulheres e jovens nas instâncias de direção do partido e nas suas candidaturas.

A construção dos elos mulheres nos estados e em alguns municípios foi um processo de formação política e de empoderamento, criando, na maioria das vezes, espaço para a prática participativa e condições para a ampliação do seu protagonismo. A criação de mecanismos que recompensavam a escolha de delegações para os congressos com mais de 30 e depois 40% de mulheres efetivamente permitiu maior protagonismo feminino nas atividades da Rede. Alguns estados escolheram, em 2017, direções e delegações para os congressos com participação paritária.

Nas eleições, se tivemos problemas em chegar aos 30% de candidaturas femininas em 2016, podemos afirmar que em 2018 todas as mulheres candidatas pela Rede tinham um desejo real de se envolver. O fato de termos conseguido apoiar todas elas, mesmo que com valores modestos, é parte do reconhecimento de que é preciso equidade para se chegar à igualdade. A Rede também foi o partido com maior diversidade entre seus candidatos, segundo dados do próprio TSE, e tem jovens inseridos em todas as suas instâncias e não somente organizados em um setorial.

Outro avanço importante, mas que ainda precisa ser aprimorado, é a presença de duplas nas coordenações, permitindo divisão de trabalho e protagonismo, além de multiplicação da capacidade de atuação graças à complementaridade de competências. Nos casos em que ambos coordenadores estavam realmente dispostos a cooperar, as vantagens do sistema ficaram evidentes. No entanto, esta ainda não foi a regra e precisamos tirar lições e melhorarmos essa prática. A disputa por vagas nas executivas e a falta de cobrança por parte dos dirigentes e dos filiados de que os eleitos realmente assumam as responsabilidades de seus cargos também dificultaram a real implementação deste sistema de compartilhamento de responsabilidades.

Por fim, é importante lembrar que as práticas utilizadas durante nossos congressos, as metodologias de construção coletivas de posicionamentos com grupos grandes de pessoas foram muito bem sucedidas, gerando momentos de sucesso. Estas práticas precisam ser sistematizadas e divulgadas dentro e fora da Rede. Precisamos preparar um maior número de pessoas para atuarem como mediadores / facilitadores de processos para que estas práticas possam ser utilizadas de forma cotidiana e com confiança nas várias instâncias da Rede e outros grupos da sociedade.

As barreiras institucionais

A introdução da Cláusula de Desempenho e do Fundo Eleitoral¹ colocaram um novo elemento para essas eleições. Sob o correto argumento de reduzir a interferência do poder econômico no processo eleitoral, eliminaram o financiamento empresarial e introduziram o financiamento público misto. Mas os recursos públicos beneficiaram principalmente os grandes partidos, reduzindo para apenas 2% a parcela destinada igualmente a todos os partidos com registro no TSE.

Com isso, receberam maior volume de recursos os partidos que elegeram as maiores bancadas em 2014, justamente a eleição na qual o caixa 2 e o poder econômico tiveram maior influência sobre o resultado eleitoral. Assim, os recursos financeiros foram concentrados em poucos partidos enquanto o desempenho eleitoral foi cobrado de todos.

Como não atingimos o percentual mínimo de 1,5% dos votos válidos para deputado federal, a Rede deixará de receber o Fundo Partidário a partir de janeiro próximo. Nossas atividades deverão ser cobertas pelas contribuições dos filiados, por doações de pessoas físicas e pelo trabalho voluntário de filiados, militantes e, principalmente, dirigentes.

Historicamente, a contribuição de filiados tem sido pouco significativa frente aos gastos da Rede, atingindo em média cerca de R\$ 7 mil por mês. Esse valor precisa ser potencializado através de melhorias cadastrais e campanhas para que todos mantenham suas contribuições em dia, uma vez que o nível de inadimplência é muito alto. No entanto, por mais que tenhamos sucesso em uma campanha de captação de recursos, ainda estaremos muito distantes do valor do Fundo Partidário que gira em torno de R\$ 400 mil por mês.

Além disso, a recente “reforma política” também acabou com as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020. Teremos que montar “chapa completa” nas próximas eleições para vereador em todos os municípios em que fomos concorrer e nas futuras eleições para deputado estadual e federal. Em 2016, participamos de coligações na eleição para vereador em 19 capitais, sendo que tivemos mais que 10 candidatos em apenas 9. Em 57 cidades com mais de 200 mil eleitores, concorreremos com mais de 10 candidatos a vereador em apenas 13.

As opções da Rede

Estamos diante de uma decisão extremamente difícil. A criação da Rede envolveu milhares de pessoas em torno de um projeto de renovação da política e esse sonho não pode morrer. A questão

1. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)

central é: qual a melhor forma, na atual conjuntura, de se manter vivo e renovado o projeto que começamos a construir?

A manutenção da Rede Sustentabilidade envolve desafios interligados - administrativos e políticos - que exigirão solução complexa e simultânea, requerendo determinação, clareza de objetivos e profundo reposicionamento de práticas que identificamos como equivocadas. O desafio macro é de ordem política.

No Congresso Nacional, teremos uma presença importante no Senado Federal que garantirá interferência qualificada na conjuntura política e que poderá atuar como liderança em um bloco parlamentar. Na Câmara dos Deputados, apesar de termos uma deputada cuja atuação será sempre de referência, enfrentaremos claras dificuldades de atuação, que felizmente poderão ser reduzidas com nossa participação em um bloco parlamentar.

A eleição de 2020 trará desafios ainda maiores para os pequenos partidos. O fim das coligações proporcionais trará dificuldades ainda maiores do que a própria cláusula de desempenho. Em 2016, elegemos 187 vereadores, dos quais apenas 8 (4,28%) sem coligação. A montagem de chapas com viabilidade eleitoral será tarefa de grande complexidade, que se agravará em 2022 com o aumento do percentual de votos necessários para ultrapassar a cláusula de desempenho. Corremos sério risco de esvaziamento dos quadros com viabilidade eleitoral em decorrência dessas condições adversas somadas à falta de recursos financeiros.

Precisamos lembrar que muitas de nossas intervenções com maior impacto nos últimos 3 anos foram conseguidas por meio de bem sucedidos intervenções no judiciário, como apresentado no início deste documento. Esta capacidade poderá ser comprometida ou ficar mais lenta por falta de recursos, dependendo de voluntários ou busca de financiamento por caso. Nossa capacidade de organização partidária estará muito pressionada com o fim do Fundo Partidário.

Nesses 3 anos de existência, convivemos com dificuldades para manter o funcionamento regular das instâncias do partido. A ausência de um suporte administrativo mostrou os limites da participação voluntária dos dirigentes, que tiveram que acumular a articulação política e os processos burocráticos. Essas duas funções ficaram comprometidas. De um lado, a articulação entre as instâncias nacional, estaduais e municipais, os mandatos parlamentares e os espaços horizontais de participação dos filiados foi insuficiente, no mínimo. De outro, os processos de filiação, formação política, registro dos atos e das deliberações para consulta dos filiados e cumprimento das exigências legais tiveram problemas evidentes e descontinuidades graves.

Portanto, a manutenção da Rede dependerá da resposta a perguntas chaves:

- Quais os propósitos e práticas fundamentais que queremos manter, potencializar ou corrigir?
- De que forma poderemos implementar as inovações políticas que fazem parte da nossa proposta original de transformar a política e de um projeto de desenvolvimento sustentável, frente aos novos desafios organizacionais que se colocarão?
- De que forma podemos construir um projeto de captação de recursos capaz de reduzir as dificuldades impostas pelo fim do Fundo Partidário?
- Como nos manter organizados e atrair parlamentares e quadros afinados com as propostas da Rede?

A fusão ou incorporação com outros partidos apresentam desafios de igual dimensão. A Comissão Executiva Nacional tem dialogado com alguns partidos com os quais temos identidade de propósitos, como PPS e PV, para buscar alternativas que possam fortalecer nossa atuação política nesse momento crítico da vida nacional e, ao mesmo tempo, ampliar os espaços para a inovação e aprofundamento da democracia.

O primeiro fator relevante é o posicionamento frente aos grandes temas nacionais, a começar pela relação com o futuro governo Bolsonaro. A Rede já se declarou na oposição e não faria sentido que uma eventual fusão e/ou incorporação fragilizasse essa decisão. Também precisamos garantir que a agenda socioambiental, relativa às mudanças climáticas, licenciamento, proteção à biodiversidade, aos povos indígenas e comunidades tradicionais sejam preservadas e valorizadas em uma eventual nova legenda. Da mesma forma, é necessário haver alinhamento sobre a busca de um novo modelo de desenvolvimento com as características de sustentabilidade de amplo espectro que temos defendido.

Não menos importante, será necessário que haja abertura para absorver processos internos democráticos de participação da juventude, mulheres, LGBTQ+, negros e minorias nas instâncias deliberativas e de forma sistêmica na vida orgânica do partido. Temos experiências importantes que precisam ser preservadas.

Até o momento, o partido que tem se proposto ao diálogo com maior interesse é o PPS. Essa aproximação já aconteceu no processo eleitoral, onde o PPS teve postura similar à da REDE na relação com os movimentos cívicos. O maior número de candidatos integrantes dos movimentos, particularmente o Agora, Acredito, RAPs e Renova, se filiaram à Rede e ao PPS. Por outro lado, na campanha presidencial deste ano, o PPS não apoiou nossa candidata, tendo feito opção pela candidatura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, partido com o qual tem mantido estreita relação política/eleitoral.

No seu processo interno, o PPS está convocando um Congresso Nacional Extraordinário para deliberar sobre um novo programa, um novo estatuto e a mudança de nome. No diálogo mantido conosco, foi proposto à REDE a formação de Grupos de Trabalho para debater esses temas e outros para promover a articulação política entre os dois partidos. Esse diálogo precisa ser aprofundado, sem prejuízo da continuidade dos contatos com os demais partidos que tenham identidade programática e que se disponham a integrar processos e avançar na formação de blocos parlamentares. Em todos os casos, algumas questões precisam ser respondidas:

Em uma eventual fusão quais os princípios e valores, propósitos, as questões programáticas e as práticas políticas e processuais que queremos manter, potencializar ou corrigir numa nova legenda?

De que forma poderemos implementar as inovações políticas que fazem parte da proposta original da Rede, frente aos novos desafios políticos que se colocarão?

Como manter a unidade e garantir os espaços políticos necessários para que nossos propósitos sejam preservados?

Como preservar e ampliar o movimento e os propósitos que nos animam coletivamente?

O Elo Nacional convoca as instâncias e os filiados a debaterem essas questões e outras alternativas, e apresentarem suas Teses, preferencialmente em grupos que defendam a mesma posição, para serem levadas ao I Congresso Nacional Extraordinário. É fundamental que seja um processo vivo, sereno, de construção coletiva, com propostas que busquem responder essas questões acima colocadas com o maior detalhamento possível.

Esse é o desafio de todos nós.

Elo Nacional da Rede Sustentabilidade